

## Cid tinha uma "minuta do golpe"

## Com Cid, novo indício de golpe

Perfícia da PF no celular do militar descobre minuta para decretação de GLO a fim de manter Bolsonaro e impedir a posse de Lula

\* INGRID SOARES

A perícia realizada pela Polícia Federal (PF) no celular apreendido do tenente-coronel do Exército Manoel Cid, que foi ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, encontrou uma minuta para decretação de GLO (Garantia da Lei e da Ordem) — que permite ao presidente da República a convocação de operação militar das Forças Armadas em caso de graves situações de perturbação da ordem. Também foram descobertas tentativas para a decretação do Estado de Defesa, manobras que tentavam impedir a posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo a informação do jornal *O Globo*, e confirmada pelo *Correio*, a análise do aparelho extraiu trocas de mensagens, áudios e até trechos de documentos sobre movimentos golpistas para manter Bolsonaro à frente do

governo, mesmo após a derrota nas urnas, no ano passado. Por enquanto, não há sinal de que os indícios de uma quadrilha tenham sido enviados ao ex-presidente por aquele celular.

**Silêncio**

No último dia 6, durante depoimento na PF, Cid se manteve notadamente em silêncio ao ser questionado sobre conversas com interlocutores do ex-presidente que tramavam um rompimento institucional para impedir que Lula assumisse. O depoimento foi autorizado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao considerar que o tenente-coronel do Exército "remitiu documentos com o objetivo de obter suporte jurídico e legal para a execução de um golpe de Estado".

Os documentos descobertos estavam em mensagens trocadas

com o sargento Luís Marcos dos Reis, também preso no início de maio na operação que apura as fraudes nos cartões de vacinação, entre eles o de Bolsonaro e o da filha mais nova dele, Laura. Esse não é o primeiro indício de que pessoas do entorno do ex-presidente tramavam, dentro do Palácio do Planalto, um golpe para impedir a posse de Lula. Em janeiro, a PF encontrou na casa do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres uma minuta de decreto para a instauração do estado de defesa e destituir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com a intenção de reverter a derrota de Bolsonaro. A medida é considerada inconstitucional.

O estado de defesa está previsto no artigo 136 da Constituição. A minuta descoberta com Torres impugna abuso de poder, suspensão e medidas ilegais ao TSE na condução do processo eleitoral.

Das Sargepost/Enxade/Correio



Cid e Bolsonaro: tenente-coronel do Exército é figura central na trama para garantir continuação do ex-presidente

Veículo: Impresso -&gt; Jornal -&gt; Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 4